



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TERESINA
J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

RUA Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda - Teresina

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT, na qual a autor alega que no dia 09/06/2012 sofreu um acidente causado por veículo automotor, que ocasionou invalidez. Pleiteia ao final, seja a Ré condenada a pagar a importância de no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A ré, em sede de contestação alega: 1- Preliminarmente: a) incompetência do juizado especial cível para apreciar a matéria que careça de prova pericial; b) B) carência da ação ? falta de interesse processual, sob o argumento de que a parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia; c) inépcia da inicial, ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; d) da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente; 2 ? No Mérito: a) da falta de nexo de causalidade; competência do CNSP para determinar o valor máximo da indenização; b) Da plena vigência das Leis nº 11.482/07 e nº **11.945/2009**; c) Da plena validade da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente; No final pleiteia que sejam acolhidas as preliminares, e no mérito a improcedência da ação.

Realizadas as audiências de conciliação e de instrução e julgamento, não foi possível a celebração de acordo. Devidamente instruído o processo, concluso para Decisão.

É o breve relatório. DECIDO.

Antes de adentrarmos no mérito da presente demanda é imperioso que sejam apreciadas as preliminares argüidas.

Da Carência da Ação - falta de interesse processual: inocorrência

A carência de ação decorre da falta de uma das condições da ação, quais sejam: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade da parte.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover, "o fenômeno da carência da ação nada tem a ver com a existência do direito subjetivo afirmado pelo autor, nem com a possível inexistência dos requisitos, ou pressupostos, da constituição da relação processual válida. É situação que diz respeito apenas ao exercício do direito de ação e que pressupõe a autonomia desse direito?" (*apud* Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Civil, 18ª ed. Forense, pág. 52).

Assevera o requerente que o requerido seria carecedor do direito de ação, por ausência de interesse processual, ao argumento de que não houve reclamação do pagamento pela via administrativa.

Sem delongas, nada mais equivocado que o argumento da requerida. Como é sabido, inexistente exigência de esgotamento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação.

Com efeito, a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV, de modo que nem de longe procedem as alegações quanto à ausência de interesse de agir, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
[...].?

A inexistência de prévia postulação administrativa não constitui óbice ao ingresso em juízo. Basta que esteja configurada, na própria ação, a resistência à pretensão deduzida.

A propósito, veja-se o posicionamento jurisprudencial predominante:

“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AFASTADA. inconstitucionalidade do art. 7º da Lei nº 6.194/74. CONDENAÇÃO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. I - Para os casos em que a empresa seguradora se torna obrigada ao pagamento das indenizações, o Consórcio Nacional de Seguros Privados - CNSP lhe repassa quantia, conforme percentual previamente estabelecido, o que afasta a violação ao princípio do livre exercício da atividade profissional, do direito de propriedade, da impossibilidade de confisco e do devido processo legal. II - Acaso esse percentual venha a ser insuficiente ou excessivo, a sustentar uma desproporção entre lucros e dividendos, em verdade, este é um assunto enceto à livre negociação da atividade. **III - Não há que se falar em carência do**

direito de ação pelo fato da parte ter diretamente levada a sua pretensão a juízo, sem a formação de um conflito de interesses com pretensão resistida, em eventual sede administrativa, pré-processual. IV - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265). V - Recurso não provido.(AC 28.821/2008, Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior, Jul. 14/04/2008, Pub. 07/05/2009) (grifei).

Rejeito a preliminar suscitada.

Da Preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciação de matérias que careça de produção de prova pericial

A Requerida afirma que a presente matéria não poderia ser apreciada por Juizado Especial Cível, uma vez que carecedora de produção de prova pericial para ser dirimida.

Não comungo desse entendimento e o faço escorado em precedentes jurisprudenciais que entendem pela sua desnecessidade, *litteris*:

(TJDF-071869) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. (TJDF-071869)

(TJGO-029493) APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. COMPROVAÇÃO DEFICIÊNCIA PERMANENTE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR DO SEGURO OBRIGATÓRIO. RECURSO DESPROVIDO. (TJGO-029493)

Ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente;

Quanto às presentes preliminares vejo que as mesmas se confundem com o mérito, razão pela qual, em sede, de preliminar às rejeito tendo em vista as provas acostadas aos autos pelo autor, as quais serão apreciadas quando da decisão meritória.

INEPTA DA INICIAL

Quanto à preliminar de inépcia da inicial, também deve ser afastada, pois constam dos autos os documentos necessários para o ajuizamento da ação, como laudo do exame pericial realizado no IML do Estado do Piauí. Assim, afasto a preliminar.

Analisadas as questões preliminares passo a enfrentar o mérito.

DO MÉRITO

O seguro obrigatório DPVAT tem finalidade de cunho social, que é a proteção das pessoas transportadas ou não, passíveis de lesão por veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas. Pela evidente conotação social do referido seguro, o seu pagamento decorre da simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Nesse lastro, havendo apresentação dos documentos supramencionados, não há que se negar a obrigação de indenizar.

Consta nos autos o Laudo de Exame Pericial, emitido pelo IML do Estado do Piauí, o qual atesta "incapacidade permanente para o trabalho", cujo teor esclarece o nexo causal entre o acidente e as lesões da vítima/autor, caracterizado o dever de indenizar.

Dessa forma, comprovado o dever de indenizar, passo a análise do valor do *quantum* indenizatório, já que as partes pretendem discutir o valor devido e decorrencia da invalidez do autor.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 16.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT.

Desse modo, quanto à alegada invalidez, entendo que as circunstâncias do evento e as provas juntadas aos autos evidenciam a pertinência do pagamento, o qual arbitro, no percentual de 100% (cem por cento) do valor integral da indenização do prêmio do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 6.947/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007, e no percentual estabelecido pela Lei nº 11.945/09.

PELO EXPOSTO, julgo procedente o pedido do autor para condenar a requerida no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que diz respeito ao percentual de 100% (cem cento) do valor integral da indenização do seguro DPVAT, com incidência de juros de 1% ao mês desde a data da citação e correção monetária, desde a data do ajuizamento desta demanda.

Transitada em julgado, cumprida a sentença, dê-se baixa e arquivem-se.

Sem custas processuais e honorários de sucumbência, na forma do disposto no art. 55, da Lei nº 9099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Teresina, 06 de junho de 2014.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUDESTE
Avenida Jornalista Lívio Lopes, S/N, Redonda, Fone: 3215-7306

Processo Nº 0024779-87.2013.818.0001

Autor: JOSE DE SENA BISPO

Reu: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

Preposto: FRANKLIN ALENCAR MORAES

Advogada: Dra. JULIANA LEAL MACEDO

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Aos oito dias do mês de abril do ano de 2014, às 10h, nesta cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí na sala de audiências deste Juizado Especial, presente o Juiz Leigo, Dr. RONALDO PINHEIRO DE MOURA. Feito o pregão, verificou-se a presença das partes, apenas o requerido acompanhado de advogada. Com o registro da presença das partes, foi declarada aberta a audiência de instrução e julgamento do presente feito, observadas as formalidades legais. Inicialmente, foi proposta a conciliação, sem êxito. O Réu apresentou contestação e documentos já inseridos. Ato contínuo foi concedida palavra ao autor para se manifestar sobre a contestação e documentos apresentados, DISSE: "MM Juiz, ratifico os termos da inicial". Depoimentos pessoais dispensados. Sem testemunhas. Indagado se as partes desejam produzir mais provas, a resposta foi negativa. Alegações finais remissivas à inicial e contestação. Feito conclusos os autos para prolatar decisão. FECHAMENTO DA AUDIÊNCIA. Nada mais havendo a registrar, este Juiz Leigo encerrou a presente audiência. Eu, _____, digitei e subscrevo.

Teresina, 08 de abril de 2014.

Dr. Ronaldo Pinheiro de Moura
Juiz Leigo

Autor Jose de Sena Bispo

Reu (preposto) Franklin Alencar Moraes

Advogada Juliana Leal Macedo



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL ZONA SUDESTE
Avenida Jornalista Lívio Lopes, S/N, Redonda, Fone: 3215-7306

Processo nº 0024779-87.2013.818.0001

Promovente: JOSE DE SENA BISPO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Preposto: ANDRE FELIPE BATISTA DA PAZ

Advogada: Dra. MARIA SONIA NASCIMENTO

TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 12 (doze) dias do mês de dezembro do ano de 2013, às 09h45min, nesta cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí na sala de audiências deste Juizado Especial, presente o Juiz Leigo, DR. RONALDO PINHEIRO DE MOURA. Com o registro da presença das partes, foi declarada aberta a audiência de conciliação do presente feito, observadas as formalidades legais. Inicialmente, foi proposta a conciliação, SEM ÊXITO. Diante da impossibilidade de acordo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de abril de 2014, às 10h. Ficando intimados os presentes. FECHAMENTO DA AUDIÊNCIA. Nada mais havendo a registrar, este Juiz Leigo encerrou a presente audiência. Eu, _____, digitei e subscrevo.

Teresina, 24 de outubro de 2013.

Dr. Ronaldo Pinheiro de Moura
Juiz Leigo

Promovente: Jose de Sena Bispo

Promovido: Andre Felipe Batista da Paz

Advogada: Bia N



Ministério da Fazenda
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 302.713.123-00

Nome da Pessoa Física: JOSE DE SENA BISPO

Situação Cadastral: REGULAR

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: **16:19:18** do dia **24/10/2013** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **9DED.BB93.033D.CF32**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.

Aprovado pela IN/RFB nº 1.042, de 10/06/2010.

IRPF 2013		
Página Inicial	^	Agenda
Declaração		Tributári
Download de		Agenda
Programas		Alíquota
Novidades		Tabelas
Obrigatoriedade		Arrecad:
Formas de	v	Atendim
		Malha F

Dados do Sinistro(04)

Lançamentos Manuais(05)

Pagamentos Judiciais(06)

Sair

Data da última consulta: 23-10-2013 / Próxima atualização apartir de: 07-11-2013 -

Força Importação

Número do Sinistro

201248785701

Natureza

3 - DAMS

Código da Seguradora

5002 - FEDERAL DE SEGUROS S/A

Delegacia

POLICIA CIVIL

Nome da Vítima

JOSE DE SENA BISPO

Regulação

1

Data de Nascimento

01-06-1960

Data Reclamação

27-09-2012

Nome do Recebedor

JOSE DE SENA BISPO

Data do Sinistro

09-06-2012

CPF/CGC Recebedor

00030271312300

Valor Indenização

539,12

Código do Receb./Benef.

1 - VITIMA

Valor Cor.Mon./Juros

0,00

Nome do Procurador

Data do Pagamento

10-10-2012

CPF/CGC Procurador

Boletim

4320-2012

Categoria

09 - CICLOMOTOR, MOTONETA, MOTOCICLETA E

UF Sinistro

PI

Data Cadastramento

27-09-2012

Sub-Judice

Município da Ocorrência

TERESINA



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - SSP
DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL - DOP



BOLETIM DE OCORRÊNCIA (Alternativo)

Número do B.O.: 4320-2012
Delegado: SÉRGIO DA SILVA REIS

Pelo Registro: ALBERTO DA SILVA REIS
Data: 11/09/2012 Hora: 16:55min

TÍTULO DA OCORRÊNCIA

Delegacia Responsável: PLANTÃO GERAL DO COMANDO DAS DELEGACIAS ESPECIALIZADAS
Horário do fato: 18h34min DO DIA 09/06/2012 Local: CLUBE DO VALDEMAR ALVES DO BAIRRO
TODOS OS SANTOS Município: TERESINA-PI Ponto de Referência:

NATUREZA DO FATO

QUEDA DE MOTO (COM VÍTIMA)

DADOS DO INFORMANTE

Nome: JOSÉ DE SEIXA BISPO Nacionalidade: BRASILEIRA Naturalidade: (SALES COELHO-PI)
Profissão: PEDREIRO Data de Nascimento: 01/06/1960 Endereço: 2-289-0-03 DISTRITO ARCONDENSE
12 Filação: MARIA DAS MÉRCEDES BISPO Fone: 9920-xxxxx P.A. 1-242-139 SP-PI CPF:
302.713.123-00

PESSOAS ENVOLVIDAS

Vítima(s): O NOTIFICANTE É JOSÉ TEODORO
Autor(es):

OBJETOS MATERIAIS ENVOLVIDOS

Desc. Material: MOTOCICLETA.

VEÍCULO(S) ENVOLVIDO(S)

Desc. do(s) veículo(s): PRM-MOTOCICLETA NENHUMA HONDA 250 TORNAÇÃO PLACA LUY-4921
CHASSI 972MO3-0089101768 RENP. IM 78569792 CDA. ERMELINO DE FREYRE DE DE MARÇO JOSÉ
TEODORO BISPO CONDUZIDA POR JOSÉ DE SEIXA BISPO CHASSI 363736306 PRONTUÁRIO
04855013400 CATEGORIA 1A2.

NARRATIVA DO FATO

RELATA O NOTIFICANTE QUE POR VOLTA DAS 18h34min DO DIA 09/06/2012 OCORREU UM ACIDENTE DE
TRÂNSITO NO CLUBE DO VALDEMAR ALVES DO BAIRRO TODOS OS SANTOS BAIRRO SENDO O VEÍCULO
DE PLACA LUY-4921. RELATA AINDA O NOTIFICANTE QUE AO DERRAPAR NA LINHA FÉRREA, LEIO A OBR
QUATRO ANOS COM O SARCULO DE 10CM DESPREZANDO O SÍMBOLO ALERTE CAUSANDO ABRIM
O ACIDENTE. RELATA AINDA O NOTIFICANTE QUE FOI COLTADO PELO TERMO E LEVADO AO HUT A
OUTRA VÍTIMA TAMBÉM FOI DADA O HUT DE MORTALIDADE.

Responsável pelo registro

Responsável pela informação

(Assinatura do Delegado)



SECRETARIA DE SEGURANÇA DO PIAUÍ
INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL "Gerardo Vasconcelos"
Rua Francisco de Melo Lobo, s/n.º - São - Fone: 36 3220 7373
TERESINA-PI CEP: 64000-000 CNPJ: 06.553.549/0001-90



LAUDO DE EXAME PERICIAL - L. CORPORA-ACID. TRÁFEGO

Identificação do Laudo:

Página 1 de 1

CODIGO	TITULO	INDICADOR	TIPO
02418	L. CORPORA-ACID.	DELEGACIA DE ACIDENTES	TERESINA-PI
27/05/2013	02418	02418	27/05/2013 10:04
02418	02418	02418	02418
02418	02418	02418	02418

Identificação do Periciando:

CODIGO	TIPO	INDICADOR	TIPO
02418	L. CORPORA-ACID.	DELEGACIA DE ACIDENTES	TERESINA-PI
27/05/2013	02418	02418	27/05/2013 10:04
02418	02418	02418	02418
02418	02418	02418	02418

LAUDO:

P R E Â M B U L O: No dia, hora e local acima referidos, os peritos designados pelo Sr.
Coordenador do Instituto de Medicina Legal "Gerardo Vasconcelos", Del. Anfrísio Antonio
Nogueira Paes Castelo Branco, nos termos do art. 178 do Código de Processo Penal para
procederem ao exame de corpo de delito descrito acima do periciando também qualificado acima.
Em face do que visam e observaram passaram a descrever com verdade e com todas as
circunstâncias o que encontraram e bem assim esclarecerem tudo quanto possa interessar. N I
S T O R I C O: Periciando comparece a este Instituto para realizar exame de corpo de delito
por acidente de trânsito. Refere que no dia 09 de junho de 2012 às 18:34 horas trafegava em
uma moto pelo bairro Todos os Santos, na linha férrea, quando derrapou e caiu. DESCRIÇÃO:
apresenta atestado médico em que consta ter sido vítima de acidente de trânsito com fratura
de planalto tibial do joelho direito, tendo sido operado no HUT com pinos intradósseos,
recebendo alta definitiva com debilidade permanente do joelho direito de 60%, CID S 821, M
245, M 625, datado de 27 de maio de 2013, assinado por Dr. Glaucos Nascimento,
ortopedista/traumatologista. No prontuário médico do HUT se confirma a fratura, a cirurgia,
na ficha de atendimento do HNM consta a lesão na data citada. Ao exame físico apresenta
limitação de flexão do joelho direito em 60%. Classificação moderada e apresenta-se desmuntando
que o auxílio de suportes. DISCUSSÃO: lesão provocada por instrumento de ação contundente.
CONCLUSÃO: lesão contusa em joelho direito. RESPOSTA AOS QUESTIONAMENTOS: 1) Houve ofensa
à integridade física ou a saúde do examinado? Resp.: Sim. 2) Qual o instrumento ou meio
que a produziu? Resp.: De ação contundente. 3) Tais lesões poderão ter sido provocadas
por acidente de trânsito? Resp.: Sim, conforme B.O., relato pessoal, prontuário e atestado
médico, ficha do HNM. 4) Resultará incapacidade para as ocupações habituais por mais de
trinta dias, ou perigo de vida, ou debilidade permanente de membro, sentido ou função?
Resp.: Sim, incapacidade para as ocupações habituais por mais de trinta dias (pela lesão,
cirurgia realizada e tempo necessário para recuperação), não houve perigo de vida. Na
debilidade permanente das funções do joelho direito (limitação à flexão em 60%).
Classificação moderada. 5) Resultará incapacidade permanente para o trabalho, ou enfermidade
incurável, ou perda ou inutilidade de membro, sentido ou função ou deformidade permanente?
Resp.: Resultou incapacidade para o trabalho que professa exercer (de pedreiro), podendo
exercer profissões que não envolvam predominância de esforços físicos. 6) Outros dados
julgados úteis? Resp.: Não. Nada mais havendo, deu-se por findo o presente laudo, que
lido e achado conforme, vai devidamente assinado. / / / / /

ANTONIO RUIZ NUNES PEREIRA
Perito Médico Legal - CRM 2250 - PI

SARIEL CORREA DE CARVALHO
Perito Médico Legal - CRM 3773 - PI



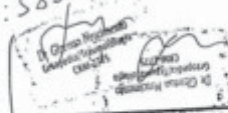
ORTOPÉDICA
Parque Pauli

ORTOPEDIA TRAUMATOLOGIA FISIOTERAPIA

Atestado médico

Atesto que Jox-de Sena
Bispo, vítima de acidente de
trânsito, apresentou fratura de pla-
nalto tibial joelho direito, ten-
do sido operado no HUT com pi-
los intramedulares. Durante seu
se alta definitiva com de-
bilidade permanente joelho
direito de 60%.

27/05/13 CID-10: S82.1/M24.5/M62.5



Q-40 CASA - 18 P. Pauli CEP: 04.025-110 / FONE: (086) 3220-2804
CNPJ 02.983.855/0001-05

PACIENTE: JOSE DE SENA BISPO
MÉDICO SOLICITANTE : MILTON CASTELO BRANCO BATISTA FILHO
CÓD. DO PACIENTE: 134879 DATA: 19/06/2012



EXAME: RX JOELHO DIREITO (2 INC)

RELATÓRIO:

Raio-x de controle evolutivo pós-operatório evidenciam:

- Parafusos metálicos (02) na meta-epífise proximal da tíbia.
- Proeminência da eminência intercondílea medial.
- Redução regional da densidade óssea.
- Partes moles sem alterações radiológicas significativas.

Dr. Antônio Lobato Viana Filho
CRM-2637

Dr. Charles A. Bordini Velloso
CRM-2954

Dr. Gerson Cavalcini T. Rodrigues

Dr. Ricardo de Paiva Brandão Neto

Dr. Roberto Velloso

DR. ROBERT W. MARTINS DANTAS
CRM: 2460



CLÍNICA SANTO ANTÔNIO S/S

Rua Coelhos Rodrigues, 2441 - Cep 04000-080 - Tereosina-PI - Tel. 3222-8334/3147 - Telefax 3222-7737

ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA PLANTÃO DE SEGUNDA À SÁBADO 07:00 ÀS 22:00h

Dr. PORTELA
FILHO
CRM 1235
3222-3147

Ao Sr(s). JOSE DE SENA BISPO

ATESTADO MÉDICO

Dr. PAULO
CRM 953
3222-8334

Dr. WEIDNER
CRM 1352

Atesto para os devidos fins que o paciente acima citado foi vítima de acidente de moto em junho/12 tendo fratura do joelho "D" sendo operado de urgência no H.U.T.

Dr. ALCIDES
CRM 1976

S82.1

Dr. MARCELO
CRM 3777
3222-8334

Dr. LAO - TSÉ
CRM 2660

Dr. ALEXANDRY
CRM 2669

Dr. JAMERSON
CRM 3878

Dr. RADEMACK
CRM 2751

Tercina 04 de Setembro de 2012

Dr. JUSTUANIO CACIO
CRM 3312

DR. PORTELA FILHO
Ortopedia - Traumatologia
Cirurgia do Joelho
Artroscopia
CRM-PI 1235

Volando a consulta, traga esta receita e Exames Complementares



NOME DO PACIENTE: João de Sousa Braga

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 171436

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS À SUA UTILIZAÇÃO".

26 - Assinatura Paciente ou Responsável: 27 - Assinatura do Profissional Solicitante: 28 - Assinatura do Profissional Solicitante (se houver):	
29 - Nome do Profissional Solicitante: 30 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
31 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 32 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
33 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 34 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
35 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 36 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
37 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 38 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
39 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 40 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
41 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 42 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
43 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 44 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
45 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 46 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
47 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 48 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
49 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 50 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
51 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 52 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
53 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 54 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
55 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 56 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
57 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 58 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
59 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 60 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
61 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 62 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
63 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 64 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
65 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 66 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
67 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 68 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
69 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 70 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
71 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 72 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
73 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 74 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
75 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 76 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
77 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 78 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
79 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 80 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
81 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 82 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
83 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 84 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
85 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 86 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
87 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 88 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
89 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 90 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
91 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 92 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
93 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 94 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
95 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 96 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
97 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 98 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	
99 - Nome do Profissional Solicitante (se houver): 100 - Nome do Profissional Solicitante (se houver):	



BOLETIM DE ENTRADA - BE

DADOS DO PACIENTE:

Nome:	JOSE DE SOUSA BISPO		Idade:	181436			
Mãe:	MARIA DAS DORES NERES BISPO		Nome do Pai:	FELIPE DE SOUSA BISPO			
End. Resid.:	QD 289 CS 03 - CIRCUITO ARCOVERDE - TERESINA - PI - CEP: 64000-000						
Nascimento:	01/06/1960	Idade:	52a/0m/21d	Sexo:	Masculino	Fone:	86-9930-0010
Responsável:	JOSE DE SOUSA BISPO		CNH:	978003418954446			
Profissão:	FARMACIA		Documento:	R0: 1842159 - SEP-PI			
U. Instrução:	Fundamental Incompleto		E. Cl. M.I.:	Cadastrado			
End. Local:	-						

DADOS DO ACHAMENTO:

Ordem:	235765	Data:	09/06/2012 19:23:50	Situação:	URGÊNCIA DO SAMU
Nome da Pessoa:	ACIDENTE DE TRÂNSITO MOTOCICLISTA PARTICULAR				
Atividade Profissional:	Casa	Endereço:	Pl. Saúde	Trabalho:	Trabalho
End. Trabalho:	Casa	Endereço:	Pl. Saúde	Trabalho:	Trabalho

DADOS CLÍNICOS:

Acidente de trânsito com ferimentos
Ferimentos: 1. Ferimento contuso no antebraço direito
2. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
3. Ferimento contuso no antebraço direito
4. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
5. Ferimento contuso no antebraço direito
6. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
7. Ferimento contuso no antebraço direito
8. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
9. Ferimento contuso no antebraço direito
10. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
11. Ferimento contuso no antebraço direito
12. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
13. Ferimento contuso no antebraço direito
14. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
15. Ferimento contuso no antebraço direito
16. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
17. Ferimento contuso no antebraço direito
18. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
19. Ferimento contuso no antebraço direito
20. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
21. Ferimento contuso no antebraço direito
22. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
23. Ferimento contuso no antebraço direito
24. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
25. Ferimento contuso no antebraço direito
26. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
27. Ferimento contuso no antebraço direito
28. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
29. Ferimento contuso no antebraço direito
30. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
31. Ferimento contuso no antebraço direito
32. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
33. Ferimento contuso no antebraço direito
34. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
35. Ferimento contuso no antebraço direito
36. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
37. Ferimento contuso no antebraço direito
38. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
39. Ferimento contuso no antebraço direito
40. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
41. Ferimento contuso no antebraço direito
42. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
43. Ferimento contuso no antebraço direito
44. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
45. Ferimento contuso no antebraço direito
46. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
47. Ferimento contuso no antebraço direito
48. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
49. Ferimento contuso no antebraço direito
50. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
51. Ferimento contuso no antebraço direito
52. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
53. Ferimento contuso no antebraço direito
54. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
55. Ferimento contuso no antebraço direito
56. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
57. Ferimento contuso no antebraço direito
58. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
59. Ferimento contuso no antebraço direito
60. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
61. Ferimento contuso no antebraço direito
62. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
63. Ferimento contuso no antebraço direito
64. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
65. Ferimento contuso no antebraço direito
66. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
67. Ferimento contuso no antebraço direito
68. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
69. Ferimento contuso no antebraço direito
70. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
71. Ferimento contuso no antebraço direito
72. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
73. Ferimento contuso no antebraço direito
74. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
75. Ferimento contuso no antebraço direito
76. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
77. Ferimento contuso no antebraço direito
78. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
79. Ferimento contuso no antebraço direito
80. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
81. Ferimento contuso no antebraço direito
82. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
83. Ferimento contuso no antebraço direito
84. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
85. Ferimento contuso no antebraço direito
86. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
87. Ferimento contuso no antebraço direito
88. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
89. Ferimento contuso no antebraço direito
90. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
91. Ferimento contuso no antebraço direito
92. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
93. Ferimento contuso no antebraço direito
94. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
95. Ferimento contuso no antebraço direito
96. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
97. Ferimento contuso no antebraço direito
98. Ferimento contuso no antebraço esquerdo
99. Ferimento contuso no antebraço direito
100. Ferimento contuso no antebraço esquerdo

PA	X	med	Pulso	FC	lgm
----	---	-----	-------	----	-----

SIGNAIS VITAIS:

CONDIÇÃO MÉDICA E EXAMES COMPLEMENTARES:

() Melhorado	() Administrativa	() Retorno à Uid. Origem:
() Curado	() Por Indisciplina	() Transferência:
() Inalterado	() Por Evado	
() A Pedido		

ALTA	() Melhorado	() Administrativa	() Retorno à Uid. Origem:
	() Curado	() Por Indisciplina	() Transferência:
	() Inalterado	() Por Evado	
	() A Pedido		

DESTINO:	() Internação na Unidade
() Jale 24 Hs	() Família
() Jale 24 e 48 Hs	() Jale
() Jale 48 Hs	() Jale. Patol.

PROCED. SOLICITADO:	() Exame Complementar
() Jale 24 Hs	() Exame Complementar
() Jale 24 e 48 Hs	() Exame Complementar
() Jale 48 Hs	() Exame Complementar

Assinatura Paciente ou Responsável

Carimbo Assinatura - Profissional - BE

Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Municipal de Saúde - FMS

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência - SAMU

SAMU 192

01 N.º do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Baldo do PA	05 Chegada ao local
06 Baldo do local	07 Chegada ao hospital	08 Baldo do 1.º hospital	09 Chegada ao 2.º hospital	
10 Endereço	11 Bairro	12 Município/UF	13 Código BGE	
14 Nome	15 Sexo	16 Idade	17 Motivo de ingestão de bebida alcoólica?	
18 Tipo de ocorrência	19 Vítima	20 Meio de locomoção	21 Outros partes envolvidas	22 Equipamentos de segurança
23 Resposta verbal	24 Resposta motora	25 Local de lesão	26 Procedimentos realizados	27 Hospital de destino
28 Exame físico	29 Exame físico	30 Exame físico	31 Exame físico	32 Exame físico
33 Exame físico	34 Exame físico	35 Exame físico	36 Exame físico	37 Exame físico
38 Exame físico	39 Exame físico	40 Exame físico	41 Exame físico	42 Exame físico
43 Exame físico	44 Exame físico	45 Exame físico	46 Exame físico	47 Exame físico
48 Exame físico	49 Exame físico	50 Exame físico	51 Exame físico	52 Exame físico
53 Exame físico	54 Exame físico	55 Exame físico	56 Exame físico	57 Exame físico
58 Exame físico	59 Exame físico	60 Exame físico	61 Exame físico	62 Exame físico
63 Exame físico	64 Exame físico	65 Exame físico	66 Exame físico	67 Exame físico
68 Exame físico	69 Exame físico	70 Exame físico	71 Exame físico	72 Exame físico
73 Exame físico	74 Exame físico	75 Exame físico	76 Exame físico	77 Exame físico
78 Exame físico	79 Exame físico	80 Exame físico	81 Exame físico	82 Exame físico
83 Exame físico	84 Exame físico	85 Exame físico	86 Exame físico	87 Exame físico
88 Exame físico	89 Exame físico	90 Exame físico	91 Exame físico	92 Exame físico
93 Exame físico	94 Exame físico	95 Exame físico	96 Exame físico	97 Exame físico
98 Exame físico	99 Exame físico	100 Exame físico	101 Exame físico	102 Exame físico

Nome: João de Sousa Rizzo Idade: 62a Data: 09/08/12
Sexo: () M () F Horário: 19:23h
Procedência: () Traj () Fil () MA () Outros: _____

Situação / Queixa: Acidente de trânsito

Breve história:

Acidente com motocicleta em via pública, quando do qual apresentava sintomas como dor no tórax e no abdômen, com perda de consciência e no 1º grau de uma lesão.

A- VAS Sinais de Obstrução: Sim () Não ()

B- Respiração: () Espontâneo () Dispnico () Insuf. Respiratória () Apnéia

SaPO2: _____ Clauses: () Extremidade () Central

C- Circulação: Pulsos Carotídeos: () Sim () Não FC: _____ Perfusão Sanguínea: () Boa () Ruim

D- Neurológico: ECG: AO () RV () RM () TOTAL () () Hincória () Anisocória

Plegias / Parêntesis: () Sim () Não. Membros:

E- Sinais Vitais: PA: 140/80 TAX: _____ FR: _____ P: 88 Glicemia Capilar: _____

Escala da Dor (1- 10): 10

Vermelho ☐ Amarelo ☒ Verde A ☐ B ☐ Azul ☐

Alérgico: () Sim () Não. Tipo: () Medicamentosa () Alimentar () Outros: _____

Medicamentos de uso Contínuo: () Sim () Não. Qual(is)? _____

Destino: ortopedia

Enfermeiro: _____ Téc./ Aux. Enfermagem: _____



Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina
Fundação Municipal de Saúde - FMS
SAMU



SOLICITAÇÃO DE SOCORRO

NATUREZA DA OCORRÊNCIA

- 01- ☒ Acidente de Trânsito-HUT
02- ☐ Agressão Física
03- ☐ Urgência Psiquiátrica
04- ☐ Envenenamento
05- ☐ Afogamento
06- ☐ Já Removido

- 07- ☐ Queimadura
08- ☐ Choque Elétrico
09- ☐ Queda
10- ☐ Mal Súbito
11- ☐ Urgência Obstétrica
12- ☐ Outros
13- ☐ Falso Chamado

LOCAL DE OCORRÊNCIA:

Bel Terra
Clube do Veldura Aluisio.

PONTOS DE REFERÊNCIA:

AMBULÂNCIA ACIONADA: PR- 2995 + 2910

Saída do P.A. 18:34 hs.

Chegada ao Local 18:47 13 hs.

Saída do Local 18:59 hs.

Chegada ao Hospital 19:17 18 hs.

Saída do Hospital 19:30 hs.

Chegada ao P.A. ? hs.

HOSPITAL DE DESTINO

- 01- ☐ H.G.V.
02- ☐ H.I.L.P.
03- ☐ H.D.I.C.
04- ☐ M.D.E.R.
05- ☐ H.P.M.
06- ☐ H.A.A.
07- ☐ São Carlos
08- ☐ Hospital Unimed
09- ☐ São Marcos
10- ☐ Santa Maria
11- ☐ Casa Mater
12- ☐ São Lucas
13- ☐ Santo Antonio
14- ☐ Mariano C. Branco

- 15- ☐ Parque Piauí
16- ☐ Monte Castelo
17- ☐ Matadouro
18- ☐ Primavera
19- ☐ Buenos Aires
20- ☐ Cidade Satélite
21- ☐ Orla do Arcoverde
22- ☐ Promorar
23- ☐ Mocambinho
24- ☐ Wall Ferraz
25- ☐ CLIFOR
26- ☐ HTI
27- ☐ Hospital São Paulo
28- ☒ H. U. T

CONFERE COM O ORIGINAL
Mário Goulart Barros
Administrador SAMU

DATA 09/08/2012

TELEFONISTA



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE José de Sena Bispo
Nacionalidade brasileiro Natural Gustavo Henrique Macêdo de Sales
Estado Civil casado RG n.º _____
Profissão pedreiro CPF n.º _____
Endereço Rua 283 CS-03 - Dique 33
Bairro Teresina Dique 33 CEP 64
Município Teresina - Piauí

OUTORGADO: GUSTAVO HENRIQUE MACÊDO DE SALES, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/PI sob o n.º 6919, Rua Acácio do Rêgo Monteiro N.º 1799, Ininga, Teresina-Piauí.

PODERES: Através do presente instrumento particular de mandato, outorgo-lhe(s) amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, conforme estabelecido no artigo 38 do Código de Processo Civil, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso.

TERESINA /PI, 05 de AGOSTO de 2013.

José de Sena Bispo
OUTORGANTE

AGESPISA
Agência Reguladora de Serviços Públicos de Água e Saneamento de Piauí S/A

Atividade: 13.001.000-0
Inscrição Estadual: 15.201.000-0
CNPJ: 06.941.100/0001-27
Endereço: Rua do Comércio, 2000 - 64000-000 - Teresina - PI

Fatura Mensal

Consumidor: 1295811-3
Endereço: ADREX/3640
Data: 20/07/2013

Nome: ANA MARTHA COELHO BISPO
CPF: 028.000.000-00
Cidade: TERESINA - PI
CEP: 64078-150

Medição: 110 41 00 0025 0025-000
Data de leitura: 23/07/2013

Período	Consumo	Valor
01/07/13	680	0,00
02/07/13	680	0,00
03/07/13	670	0,00
04/07/13	684	0,00
05/07/13	690	0,00
06/07/13	687	0,00
07/07/13	704	0,00

FATURADO P/ MÊS DA LIGACÃO

Consumo	Valor
012958113	01
7	10

Valor do Serviço: 20,58
MANTENÇÃO HIDRÔMETRO: 0,62

AGESPISA
Atividade: 13.001.000-0
Inscrição Estadual: 15.201.000-0
CNPJ: 06.941.100/0001-27
Endereço: Rua do Comércio, 2000 - 64000-000 - Teresina - PI

Fatura Mensal

Consumidor: 1295811-3
Endereço: ADREX/3640
Data: 20/07/2013

Nome: ANA MARTHA COELHO BISPO
CPF: 028.000.000-00
Cidade: TERESINA - PI
CEP: 64078-150

Medição: 110 41 00 0025 0025-000
Data de leitura: 23/07/2013

Período	Consumo	Valor
01/07/13	680	0,00
02/07/13	680	0,00
03/07/13	670	0,00
04/07/13	684	0,00
05/07/13	690	0,00
06/07/13	687	0,00
07/07/13	704	0,00

FATURADO P/ MÊS DA LIGACÃO

Consumo	Valor
012958113	01
7	10

Valor do Serviço: 20,58
MANTENÇÃO HIDRÔMETRO: 0,62

TALÃO N.º _____ PÁGINA _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ANEXO 1
Tabela e Oficial do Reg. Civil
Simplicio Mendes - PI

ANEXO 2
Tabela JOSE LUIZ
BASSO DE PARACURU - PI

CASAMENTO N.º 989

CERTIFICO que as folhas 133 e 134 do livro N.º 84, de registro de casamentos, foi feito hoje o assento do matrimônio de José de Sena Bispo e Ana Martha Neiva Coelho, contraído perante o juiz Dr. Sebastião Ribeiro Martins e as testemunhas Constantes do todo.

Ele, nascido em o lugar Sobradinho, deste Município, aos 01 de junho de 1966, profissão lavrador, domiciliado em este Município e residente em este Município, filho de Felipe de Sena Bispo e Maria das Mercês Bispo, nascido em este Município, domiciliado em este Município, e residente em este Município.

Ela, nascida em o lugar Sobradinho, deste Município, aos 24 de fevereiro de 1969, profissão do lar, domiciliada em este Município e residente em este Município, filha de Ailton Coelho Marques e Maria das Mercês Bispo, nascida em este Município, domiciliada em este Município, e residente em este Município.

Foram apresentados os documentos a que se refere o artigo 160 do Código Civil.

Observações: 1 a 29 vi. e casamento foi realizado em 2º de outubro de 1987.

O referido é verdade e dou fé.
Simplicio Mendes, PI, 1º de julho de 1986.

Ass. B. de P.
OFICIAL



EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA ZONA SUDESTE DE TERESINA- PI.

JOSÉ DE SENA BISPO, brasileiro, casado, pedreiro, portador do RG nº 1.842.159 SSPPI e inscrito no CPF sob o nº 302.713.123-00, residente e domiciliado na Quadra 289, Casa 03, Bairro Dirceu Arcoverde II, Teresina/PI, vem, perante Vossa Excelência, por seu procurador devidamente habilitado, com endereço profissional constante no timbre, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT

em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ: 09.248.608/0001-04, Código FIP: 03271, com endereço na Rua Senador Dantas nº 74, 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, pelas razões fáticas e jurídicas que passa a explicar:

DA SINOPSE FÁTICA

O requerente, no dia 09/06/2012, aproximadamente às 18:34h, sofreu grave acidente de trânsito do qual resultou sua invalidez permanente, fato este registrado junto à autoridade policial e laudos médicos, conforme documentação acostada à exordial.

Verifica-se que **o requerente encontra-se incapacitado para as ocupações habituais, não havendo nenhuma possibilidade de recuperação**



significativa ou de cura, conforme os documentos encartados nesta inicial, os quais são suficientes para a comprovação dos danos sofridos pelo mesmo.

Os danos são inegáveis, o que poderá ser devidamente comprovado em audiência. O requerente, em virtude do aludido acidente, teve sérios danos causados à sua integridade física, dentre os quais **fratura no joelho direito, RESULTANDO EM SEQUELA DEFINITIVA E DEBILIDADE PERMANENTE (limitação de flexão em 60%, marcha claudicante e auxílio de muletas) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO ALÉM DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO**, tudo fartamente comprovado pelos laudos em anexo.

Como é notório, o Seguro Obrigatório tem por finalidade dar proteção financeira às vítimas de acidentes de trânsito, seja condutor, passageiro ou pedestre, compreendendo indenização por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar.

DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

DA LEGITIMIDADE PASSIVA

No tocante à legitimidade passiva para a causa é uníssono o entendimento de que qualquer uma das Seguradoras da Sociedade Nacional do Convênio DPVAT responde pelo pagamento da indenização em virtude do Seguro Obrigatório, senão vejamos a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RESP: nº 401418 – MG RE: 2001.094323-0
DJ: 10/06/2002 PAG. 220
MINISTRO RUY ROSADO AGUIAR

“SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. Consórcio. Legitimidade de qualquer Seguradora que opera no sistema. De acordo com a legislação em vigor, que instituiu sistema elogiável. E satisfatório para o interesse de todas as partes envolvidas, qualquer seguradora que opera no sistema pode ser acionada para pagar o valor da indenização, assegurado seu direito de



regresso. Precedente. Recurso conhecido e provido.”
(g.n)

RESP nº 595105 / RJ
RECURSO ESPECIAL 2003/0168290-0
DJ 26/09/2005 p. 382
MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR

“CIVIL E PROCESSUAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROPRIETÁRIOS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE (DPVAT). LEGITIMIDADE PASSIVA DE QUALQUER DAS SEGURADORAS. LEI N. 6.194/74. EXEGESE. DIREITO EXISTENTE MESMO ANTERIORMENTE À ALTERAÇÃO PROCEDIDA PELA LEI N. 8.441/92.

I. O Seguro Obrigatório de responsabilidade civil de veículos automotores é exigido por lei em favor das vítimas dos acidentes, que são suas beneficiárias, de sorte que independentemente do pagamento do prêmio pelos proprietários, devida a cobertura indenizatória por qualquer das seguradoras participantes.” (g.n)

DO INTERESSE DE AGIR

A Constituição Federal assegura, em seu artigo 5º, XXXV, que “A Lei não excluirá da apreciação do poder judiciário lesão ou ameaça a direito”. Desta forma, **o requerente não precisa se submeter às vaidades administrativas das seguradoras do Convênio DPVAT para ver atendido o seu direito legal.**

Pois, suscitar a falta de interesse de agir, caracteriza total desentendimento com a Constituição Federal. Vejamos a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

- Nº: 121621999
- RELATOR: JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO.
- DATA DA PUBLICAÇÃO: 14/06/02.
- ÓRGÃO JULGADOR: QUARTA CÂMARA CÍVEL.
- PROCESSO: APELAÇÃO CÍVEL.

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANO POR ACIDENTE DE TRÂNSITO. SEGURO DPVAT. INTERESSE PROCESSUAL. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. LEGALIDADE

(86) 9982-1167/ 9425-4953/ 8883-1383 - E-mail: gustavosalesadv@hotmail.com

Rua Eliseu Martins, 1637 - Ed. Rêgo Monteiro - 2º andar - Sala 30 - Centro - CEP:64000-120 -
Teresina-PI



DA PRETENSÃO. FIXAÇÃO DA CONDENAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. **O Beneficiário do Seguro Obrigatório DPVAT tem interesse processual para a ação de cobrança direta contra a seguradora, independente de prévio requerimento do benefício pela via administrativa.** A interpretação dada a lei pelo réu, em defesa do seu direito, não configura hipótese ensejadora da litigância de má-fé. **A indenização por acidente de veículo, pleiteada com base na cobertura do seguro obrigatório DPVAT é devida, independentemente da circunstância de haver sido pago ou não o prêmio a ele correspondente, a teor da orientação sumulada o STJ, cabendo ao requerente, apenas o ônus de provar a existência do sinistro e a sua condição de beneficiário.** Recurso improvido por unanimidade”. (grifamos)

Importante salientar que as seguradoras conveniadas com o seguro DPVAT dificultam o pagamento por via administrativa solicitando vasta documentação e prorrogam ao máximo o valor da indenização devida, e quando pagam, **não cumprem a legislação vigente. Logo, não está obrigado o requerente a receber valor inferior ao legal, ficando assim explícito o INTERESSE DE AGIR.**

DA COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

A matéria controvertida, “*in casu*”, prevista no art. 2º da Lei 6.194/64, restou suficientemente atestada por prova documental, sendo, portanto, **DISPENSÁVEL A ELABORAÇÃO DE PROVA PERICIAL**, o que não exclui, por conseguinte, a presente demanda da apreciação do Juizado Especial Cível.

E não é outro o entendimento das Turmas Recursais Cíveis, senão vejamos as jurisprudências abaixo colecionadas:

**TERCEIRA TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL
DO MARANHÃO
RECURSO: 471/07 – III
ORIGEM: COMARCA DE POÇÃO DAS PEDRAS
RELATOR: SÔNIA MARIA AMARAL FERNANDES
RIBEIRO
(...)**

A competência do Juizado Especial é firmada para o julgamento do feito ante a desnecessidade de produção de prova pericial para corroborar aos documentos anexados. O nexo de causalidade restou comprovado pelos documentos juntados aos autos. Inobstante a existência de Resoluções expedidas pelo CNSP sobre limites indenizatórios, deve-se obedecer o valor de 40 salários mínimos para a hipótese de invalidez da vítima, fixado pelo art. 3º, alínea “b”, da lei federal 6.194/74, que é norma de hierarquia superior. Tal indenização, fixada em salários mínimos, não afronta o disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal, posto que sua utilização serve apenas de parâmetro para o cálculo do seguro, sem proceder a qualquer vinculação. Muito embora a peça, de fls. 70-77, tenha aparência de recurso, em face de ter sido interposta tempestivamente, submetendo-se ao devido preparo, não há como dar-lhe seguimento, visto que manifestamente protelatório e inadmissível. Sabe-se que a legislação processual em vigor exige da parte recorrente a apresentação, na petição recursal, de razões que visem a reforma da sentença combatida, e não mera repetição de alegações escritas aduzidas na instância monocrática. As razões a que me refiro devem conter os fundamentos de fato e de direito, com os quais o recorrente pretende obter a reforma do julgamento singular. Melhor traduzindo, seria o que chamamos, no cotidiano forense, de inconformismo com a decisão a quo. Somente assim será possível formular pedido de nova decisão ao juízo ad quem. Do contrário, estaremos propiciando o conhecimento de recurso genérico, ilimitado e inepto, porque seu arrazoado não se restringe à matéria que foi objeto da sentença.(...) **(grifamos)**

**Acórdão Nº 71001202209 de Turmas Recursais
Primeira Turma Recursal Cível, de 01 Março 2007**
[TJRS. Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul](#)

Recurso Cível

Magistrado Responsável: Ricardo Torres Hermann
SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. COMPETÊNCIA DO
JUIZADO ESPECIAL. INVALIDEZ PERMANENTE.
NEXO CAUSAL. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO.

1. Havendo laudo do IML e atestado médico após a consolidação das lesões, é o Juizado Especial Cível competente para apreciar a matéria relativa ao pagamento de seguro DPVAT, inexistindo complexidade de prova que pudesse afastar tal competência.

2. Suficientes para a comprovação da invalidez permanente o auto de exame de corpo e delito, emitido



pelo agente administrativo competente, e o atestado médico, afirmando as debilidades.(...) **(grifamos)**

**TJDF - APELAÇÃO CÍVEL NO JUIZADO ESPECIAL :
ACJ 20050110162588 DF**

Relator(a): SANDOVAL OLIVEIRA

Julgamento: 04/10/2005

Órgão Julgador: Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D.F.

Publicação: DJU 01/12/2005 Pág. : 320

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). FENASEG. LEGITIMIDADE. COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. LAUDO PERICIAL PRODUZIDO PELO IML. INDONEIDADE. ACIDENTE DE TRÂNSITO COMO FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. INVALIDEZ CONFIGURADA POR DEBILIDADE PERMANENTE DE MEMBRO SUPERIOR. INDENIZAÇÃO DEVIDA NO VALOR MÁXIMO PREVISTO NA LEI Nº 6.194/7, ART. 3º, B.

DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS

No mais, deve ser aplicada a Súmula 14 das Turmas Recursais, com a nova redação, “*verbis*”:

VINCULAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO. - É legítima a vinculação do valor da indenização do seguro DPVAT ao valor do salário mínimo, consoante fixado na Lei nº 6.194/74, não sendo possível modificá-lo por Resolução.

QUITAÇÃO. - A quitação é limitada ao valor recebido, não abrangendo o direito à complementação da indenização, cujo valor decorre de lei.

CONSÓRCIO OBRIGATÓRIO. - O consórcio obrigatório do seguro DPVAT institui solidariedade entre as seguradoras participantes, de modo que, independentemente de qual delas tenha liquidado administrativamente o sinistro, qualquer uma poderá ser demandada pela respectiva complementação de indenização, incorrendo ilegitimidade passiva por esse motivo.

GRADUAÇÃO DA INVALIDEZ. - Descabe cogitar acerca de graduação da invalidez permanente; havendo a invalidez, desimportando se em grau máximo ou mínimo, devida é a indenização no patamar de quarenta salários mínimos.



PAGAMENTO DO PRÊMIO. - Mesmo nos sinistros ocorridos antes da vigência da Lei nº 8.441/92 é desnecessária a comprovação do pagamento do prêmio do seguro veicular obrigatório.

COMPLEXIDADE. - Inexiste complexidade de causa a afastar a competência do juizado especial quando os autos exibem prova da invalidez através de laudo oriundo de órgãos oficiais, como o INSS e o DML.

APURAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. - Na hipótese de pagamento administrativo parcial, a complementação deverá ser apurada com base no salário mínimo da data de tal pagamento. Nas demais hipóteses, a indenização deverá ser apurada com base no valor do salário mínimo da data do ajuizamento da ação.

CORREÇÃO MONETÁRIA. ? A correção monetária, a ser calculada pela variação do IGP-M, incide a partir do momento da apuração do valor da indenização, como forma de recomposição adequada do valor da moeda.

JUROS. ? Os juros moratórios incidirão a partir da citação, salvo quando houver pedido administrativo, hipótese em que incidirão a partir do término do prazo legal para o pagamento.

DO NEXO DE CAUSALIDADE

É incontestável a ocorrência de acidente de trânsito, uma vez que o autor carregou aos autos os documentos que o comprovam (boletim de ocorrência, prontuários e LAUDO MÉDICO), o que estabelece então o nexo etiológico.

No que concerne à invalidez permanente, restou devidamente comprovada pelo **LAUDO MÉDICO**, no qual restaram atestados os danos sofridos pelo autor, entre eles **fratura no joelho direito**. Em virtude de tal lesão o autor não consegue mais realizar atividades cotidianas. Portanto, a conclusão médica foi pela existência de sequela funcional definitiva.

Destarte, ainda, que estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Ademais, **a Lei 6.194/74 não traz nenhuma ressalva para que a invalidez decorrente da debilidade seja, de forma necessária, para o trabalho.** Como no caso vertente, havendo a invalidez decorrente da debilidade permanente do membro, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já está



configurado o requisito necessário para autorizar o pagamento da indenização. Neste sentido, as ementas abaixo colecionadas:

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. DIFERENÇA ENTRE INVALIDEZ PERMANENTE E DEBILIDADE PERMANENTE. SALÁRIO MÍNIMO ART. 7º, INC. IV, DA CF. COMPETÊNCIA DO CNSP. INCIDÊNCIA DE JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA.

(...)

II. Estando demonstrada a debilidade permanente, impõe-se a procedência da ação. Aplicação da súmula 14 das Turmas Recursais. Ademais, a Lei 6.194/74 não faz nenhuma ressalva para que a invalidez seja necessariamente para o trabalho. Havendo a invalidez, mesmo que seja para algumas ocupações habituais, já se configura o requisito autorizador do pagamento da indenização. (Grifamos)

(Recurso Cível Nº 71001821545, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Maria José Schmitt Santanna, Julgado em 29/10/2008)

AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE. APLICAÇÃO DA SÚMULA 14 DAS TURMAS RECURSAIS. REVISADA EM 24/04/2008

1. Ausente necessidade de perícia para apurar o grau de invalidez do autor, sendo competente para o julgamento o Juizado Especial Cível.

2. Desimporta a distinção entre invalidez e debilidade permanente. Da análise dos autos, depreende-se, facilmente, que o autor foi acometido de invalidez permanente, em decorrência de acidente de trânsito, conforme documento de fl. 25, que relata a concessão da aposentadoria por invalidez. **(Grifamos)**

(Recurso Cível Nº 71001658046, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Hilbert Maximiliano Akihito Obara, Julgado em 29/10/2008)

DA PREVISÃO LEGAL



Sucede que, a invalidez permanente sofrida pelo requerente gerou para este o direito de receber o **SEGURO DPVAT**, na importância equivalente a **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, conforme plasmado na Lei nº 6.194/74 e posteriores alterações introduzidas pela Lei 11.482/07:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- a) (revogada);
- b) (revogada);
- c) (revogada);

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas." (g.n)

No caso em tela, e conforme demonstrado, o Requerente vem por meio deste, requerer os valores devidos do Seguro DPVAT, cujo valor para fins de indenização é de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Convém ressaltar que o Requerente faz jus ao presente seguro, no valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, considerando que se encontra permanentemente inválido para as ocupações habituais, uma vez que apresenta **SEQUELA DEFINITIVA E DEBILIDADE PERMANENTE (limitação de flexão em 60%, marcha claudicante e auxílio de muletas) NO MEMBRO INFERIOR DIREITO ALÉM DE INCAPACIDADE PARA O TRABALHO**, fato este que se amolda perfeitamente aos termos da presente Lei.



Concluindo, para fazer jus a tal indenização, o Requerente vem ao final, apresentar os documentos exigidos no artigo 5º da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, donde será efetuado o **pagamento mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa.**

DO RECONHECIMENTO DA INVALIDEZ PELA SEGURADORA REQUERIDA

Destarte, efetuado o pagamento de qualquer quantia pela seguradora a nível administrativo, resta constatada a invalidez permanente, conforme entendimento dos nossos Pretórios, “*verbis*”:

“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E DE AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. QUITAÇÃO. COBRANÇA DA DIFERENÇA. POSSIBILIDADE. MÉRITO. NEXO CAUSAL ENTRE O FATO E O DANO COMPROVADO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. INTELIGÊNCIA DA LEI Nº 6.194/74. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STJ.

I Ilegitimidade Passiva. O art. 7º da Lei nº 6.194/74 prevê que qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização decorrente do seguro obrigatório. Ausência de prova da invalidez. EFETUADO O PAGAMENTO DE QUALQUER QUANTIA NA ESFERA ADMINISTRATIVA PELA SEGURADORA, RESTA COMPROVADA A INVALIDEZ PERMANENTE.

I Mérito. É aplicável ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) a Lei nº 6.194/74. Incontroverso o nexo de causalidade entre o fato e o dano, mostra-se devido o pagamento do seguro à demandante. Os efeitos da quitação incidem somente em relação ao valor nela consignado. Precedentes. Manutenção da sentença.

Preliminares rejeitadas e apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70026415638, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 27/11/2008)” (Grifamos)



Assim, não resta dúvida quanto ao direito pleiteado pelo requerente na forma suscitada no presente feito.

DA ILEGALIDADE DAS RESOLUÇÕES DA FENASEG CONTRARIANDO DISPOSITIVO DE LEI

É de bom alvitre mencionar também, que as seguradoras se arrimam numa “obscura resolução” da FENASEG para negar o pagamento integral da indenização, que é devido por força de lei às vítimas de acidente de trânsito.

A diminuição do valor pago é ilegal, até porque o direito do Requerente está fundamentado em lei, e uma mera Resolução de caráter administrativo não tem o condão de revogá-la. E não é outro o entendimento dos nossos Tribunais, senão vejamos o julgamento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão abaixo colacionado:

Acórdão: 0806492009

Relator :JAIME FERREIRA DE ARAÚJO

Data: 23/04/2009

Processo :APELAÇÃO CÍVEL

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. OFÍCIO. FENASEG. INUTILIDADE. ART. 130, DO CPC. PAGAMENTO A CREDORES PUTATIVOS. NÃO COMPROVAÇÃO. ART. 333, II, DO CPC. RESOLUÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS QUE NÃO PODE SE SOBREPOR À NORMA PÚBLICA. **Lei que regula o seguro obrigatório de acidentes pessoais não pode ser derogada por resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, por ser esse diploma de espécie normativa hierarquicamente inferior. (grifamos)**

Conclui-se que o direito do Requerente é líquido e certo, sendo apenas matéria de direito, e fundamenta-se perfeitamente na legislação vigente, com o quantum indenizatório fixado por Lei sem poder sofrer influência de meras resoluções da FENASEG. O valor de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)** é totalmente correto e coerente de acordo com a lei em vigor.



DOS PEDIDOS

“Ex positis”, REQUER:

a) A citação da requerida, no endereço constante na inicial, através de seu representante legal, na forma do art. 18 da Lei nº 9099/95, mediante **correspondência com AR**, para que compareça à audiência de conciliação, instrução e julgamento agendada por este juízo, sob pena, de não comparecendo, ser-lhe decretada a revelia nos termos o artigo 20 da Lei 9.099/95;

b) **O julgamento antecipado da lide**, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil, uma vez que o presente feito refere-se unicamente a matéria de direito, não havendo necessidade de produção de prova;

c) Seja determinada a *inversão do ônus da prova*, bem como a ***exibição do processo administrativo*** onde a parte autora requereu o pagamento da indenização securitária, sob pena de presumem-se verdadeiros os fatos que por meio dele se provariam, nos termos do **art. 359** do Código de Processo Civil.

d) A procedência da ação de cobrança em todos os seus termos, condenando-se a requerida a pagar a importância de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, valor este referente à indenização por invalidez permanente, oriunda do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres – DPVAT, acrescidos de juros, correção monetária, custas e honorários advocatícios e demais incidências.

e) sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita por ser o requerente pessoa pobre na acepção da Lei n.º 1.060/50.

Protesta provar o alegado por todas as provas em direito admitidas, em especial pela prova material que instrui essa inicial, depoimento pessoal das partes, sem prejuízo de outras provas eventualmente cabíveis e desde já requeridas.

Dá-se à presente causa o valor **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.



Termos em que,
Pede deferimento.
Teresina, 21 de agosto de 2013.

Gustavo Henrique Macêdo de Sales

Advogado
OAB/PI nº 6.919



DIGITALIZAÇÃO

16 OUT 2013

IMPRESSORA 2

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ

PODER JUDICIÁRIO

TERESINA

J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda, Teresina - PI Fone: (86) 3215-7306

CARTA-MANDADO DE CITAÇÃO para SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Processo nº 0024779-87.2013.818.0001

Promovente(s)	Nome	Identidade	CPF/CNPJ
	JOSE DE SENA BISPO		302.713.125-00
Promovido	Endereço:		
	Logradouro: 289 n° CASA 03 Bairro: DIRCEU II, Cidade: TERESINA-PI		
Promovido	Nome	Identidade	CPF/CNPJ
	SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.		09.248.608/0001-04
Promovido	Endereço:		
	Logradouro: SENADOR DANTAS n°74 Complemento: 5° ANDAR Bairro: CENTRO, Cidade: RIO DE JANEIRO (CIDADE)-RJ CEP: 20.051-205		
Tipo de Ação	Procedimento do Juizado Especial Cível		
Tipo de Citação	On-Line	Valor da Causa:	RS 13.500,00
Juízo	J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda		
Audiência de Conciliação	12 de Dezembro de 2013 às 10:00		

O(A) MM(a) JUDGE DA COSTA VELOSO cita a parte supra, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., nos termos do art. 172, § 2º do CPC, combinado com o art. 12 da Lei 9.099/95, para todos os termos da ação indicada, ciente que deverá comparecer à audiência de conciliação, na data e hora designada.

ADVERTÊNCIA: O não comparecimento às audiências importará em revelia, reputando-se como verdadeiras as alegações iniciais do autor e proferindo-se o julgamento de plano. Comparecendo a parte promovida (ré), e não obtida a conciliação, poderá a ação ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento.

O promovido deverá oferecer contestação, escrita ou oral, na audiência de instrução e julgamento, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar, na audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia. **OBSERVAÇÃO:** Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (Projudi), cujo endereço na web é <https://www.tjpi.jus.br/projudi/>. Para se cadastrar neste sistema compareça na sede deste juízo. Documentos (procurações, cartas de preposição, contestações) devem ser trazidos ao juízo em formato digital (CD, DISQUETE etc.) em arquivos com no máximo 2MB cada.

ATENÇÃO: AUDIÊNCIA DE Conciliação DESIGNADA PARA 12 de Dezembro de 2013 às 10:00 NA SALA DE AUDIÊNCIAS DO(A) J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda.

LOCAL: J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda

Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda

Bairro: Redonda, 0, Redonda, Teresina-PI

CEP: 64.027-590

Teresina, 30 de Setembro de 2013 às 09:45



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI
JUIZADOS ESPECIAIS

RECURSO INOMINADO nº 0024779-87.2013.818.0001 – TERESINA (Ref.: ação nº 0024779-87.2013.818.0001 – Cobrança de Seguro DPVAT - J.E. Cível Zona Sudeste - Sede Redonda – Teresina - PI)

Recorrente (s): SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Advogado (a) (s): Lucas Nunes Chama

Recorrido (a) (s): JOSÉ DE SENA BISPO

Advogado (a) (s): GUSTAVO HENRIQUE MACEDO DE SALES

Relator (a): Juiz João Henrique Sousa Gomes

RECURSO INOMINADO. COBRANÇA. PRELIMINARES. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO. PROVA PRODUZIDA. INEXISTÊNCIA DE COMPLEXIDADE. APRECIÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS. AFASTADA. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ. NÃO ACOLHIMENTO. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. GRAU DE INVALIDEZ. ACIDENTE OCORRIDO NA VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. EXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS LEGAIS PARA A GRADUAÇÃO DA INDENIZAÇÃO. APLICAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA PARA REDUZIR O VALOR INDENIZÁVEL. ADEQUAÇÃO À TABELA ANEXA À LEI. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

- Desnecessária a realização de outra prova técnica, visto que o conjunto probatório existente nos autos é conclusivo em reconhecer a invalidez permanente do recorrido.
- Não há que se falar em invalidez permanente, visto que o relatório médico acostado aos autos demonstra a debilidade permanente parcial do recorrido.
- Tendo o acidente que vitimou a recorrida na vigência da LEI 11.945/09, devem ser aplicadas as regras nela previstas para o pagamento da indenização relativa ao Seguro Obrigatório, sobretudo a graduação, em percentuais e conforme o tipo da lesão e o membro/órgão lesado, estabelecida na tabela anexa à Lei.
- Da análise da documentação que acompanhou a inicial, mormente o Laudo Médico, necessária se faz a adequação do valor indenizável à tabela anexa à Lei nº 11.945/09.
- Sentença parcialmente reformada.

ACÓRDÃO

Súmula do Julgamento: “Acordam os componentes desta Turma Recursal Cível e Criminal, à unanimidade, em conhecer do recurso, mas para dar-lhe provimento parcial, nos termos do voto do relator”.

Participaram do Julgamento os Excelentíssimos Juízes-membro: Dr. João Henrique Sousa Gomes (Relator), Dra. Haydée de Lima Castelo Branco (membro), Dr. Manoel de Sousa Dourado (membro). Presente a Representante do Ministério Público, Dra. Ana Cristina Matos Serejo.

Primeira Turma Recursal Cível e Criminal de Teresina (PI), 20 de novembro de 2015.

João Henrique Sousa Gomes

Juiz Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI
JUIZADOS ESPECIAIS

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso contra sentença (evento nº 23.1) que, em AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT, julgou procedente o pedido inicial, para condenar o requerido a indenizar, a título de seguro DPVAT, o requerente, no valor de **R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**.

Razões do recorrente (evento nº 28.1) alegando, que o recurso merece ser provido para reformar a sentença impugnada, julgando totalmente improcedente o pedido de indenização do seguro DPVAT, haja vista que o Recorrente não faz jus ao recebimento do valor arbitrado pelo Juízo a quo, na medida em que o exame de corpo de delito apresentado aponta invalidez parcial de 60% para o segmento “Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo”, quantificando as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de pagamento do seguro, de acordo com os percentuais fixados na tabela estabelecida na Medida Provisória nº451 de 15/12/2008, convertida na Lei nº 11.945 de 04/06/2009, conforme determina o art.5º, §5º da Lei 6.194/741. Assim, havendo prova da invalidez permanente parcial incompleta, o MM. Juízo a quo deveria ter observado o grau da invalidez aferido pelo IML, bem como o pagamento administrativo realizado pela ora Recorrida em total conformidade com o laudo pericial, inclusive em valor superior, para então julgar procedente a pretensão do autor. Portanto, tendo havido o pagamento em conformidade com o percentual aferido pelo laudo do IML, na forma como prescreve a tabela anexa à lei 11.945/2009, requer seja a r. sentença reformada para julgar extinto o feito, com fundamento no art. 269, inciso IV, do CPC.

Devidamente intimada, a parte recorrida deixou de apresentar as Contrarrazões.

Eis o breve relatório.

VOTO

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à sua análise.

Trata-se de cobrança de diferença de seguro DPVAT, por conta de invalidez parcial permanente alegada pela parte recorrida/autor, sob fundamento de que foi vítima de acidente de trânsito.

Para melhor delinear o regramento legal exato aplicável à espécie, importante fazer algumas considerações acerca do Seguro Obrigatório.

O DPVAT foi criado pela Lei 6.194/74 que, dentre inúmeras outras questões, estipulou os valores indenizatórios, em salários-mínimos, para as hipóteses de morte, invalidez e reembolso de despesas médicas do segurado.

Tal regramento sofreu algumas alterações de caráter procedimental. Em 31/05/2007 foi editada a Lei 11.482, que resultou da conversão da Medida Provisória nº 340 de 29/12/2006, e a qual impôs modificações à Lei 6.194/74, mais especificamente aos seus artigos 3º a 5º e 11, dentre as



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI
JUIZADOS ESPECIAIS

quais se destacou a alteração dos valores de indenização, que passaram a ser devidos em reais e não mais em salários-mínimos.

No entanto, com a edição da Medida Provisória 451, de dezembro de 2008, posteriormente convertida na Lei 11.945, de junho de 2009, foram promovidas novas alterações na Lei 6.194/74, especialmente para fixar graus de invalidez permanente, total e parcial, bem como os respectivos percentuais aplicáveis a cada caso, conforme o membro/órgão lesado, critérios estes que foram incluídos, através de um anexo, tendo referida legislação entrado em vigor, para as regras relativas ao Seguro DPVAT, em 16/12/2008.

Feitas tais considerações, cumpre notar que o acidente que vitimou o recorrido ocorreu em 2012, quando vigentes as alterações da Lei 11.945/09, que para os casos de invalidez permanente, total ou parcial, prevê uma indenização no valor de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

No entanto, referida legislação, ao dispor que a indenização em caso de invalidez permanente poderia ser de "até" a quantia acima já mencionada, e não em seu valor integral, como dispôs para o caso de morte do segurado, pretendeu que fossem consideradas as peculiaridades de cada lesão para que a indenização fosse fixada de forma razoável e compatível, tanto é que a LEI 11.945/09, em tabela a ela anexa, estabeleceu, como não fazia a Lei 11.482/07, percentuais aplicáveis ao limite máximo indenizável supracitado, de acordo com o tipo de invalidez e membro/órgão lesado, estabelecendo ainda critérios para os respectivos cálculos, parâmetros estes que deverão ser observados.

Da análise da documentação que acompanhou a inicial, mormente a avaliação médica acostada aos autos no evento nº 01, atesta que a parte autora sofreu debilidade permanente em membro inferior direito, no percentual de 60%.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 22.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT, ora transcrita:

Danos Corporais Segmentares (<u>Parciais</u>) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	50
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	25
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10

Assim passou a estabelecer a Lei 6.194/74:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI
JUIZADOS ESPECIAIS

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I – R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II – até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

III – até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008):

I – quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

II – quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (Incluído pela Medida Provisória nº 451, de 2008).

(...)

No caso concreto, a invalidez do segurado restou enquadrada no quesito **“Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos”**, que estabelece indenização no percentual de 70% do valor máximo indenizatório, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinqüenta reais). Por outro lado, **a nova redação do inciso II**, acima transcrito, define que quando se tratar de **invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista, com redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª TURMA RECURSAL CÍVEL E CRIMINAL – TERESINA - PI
JUIZADOS ESPECIAIS

Desta forma, tenho que a perda do autor foi de grau inteso, pois consolidou **debilidade permanente parcial de 60% no membro inferior direito**. Assim, o valor da indenização a que faz jus o autor é de **R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Não há comprovação, nos autos, do recebimento de quaisquer valores pela via administrativa.

Em virtude do exposto, conheço do recurso, dando-lhe parcial provimento, **a fim de reformar a sentença a quo, considerando que o valor a que faz jus o autor é de R\$ 7.087,50 (sete mil oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**.

Ônus de sucumbência pela parte recorrente nas custas processuais e em honorários advocatícios, estes em 15% sobre o valor da condenação atualizado.

Teresina (PI), 20 de novembro de 2015.

João Henrique Sousa Gomes
Juiz Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TERESINA
J.E. CÍVEL ZONA SUDESTE - SEDE REDONDA

RUA Jornalista Lívio Lopes, 0, Redonda - Teresina

SENTENÇA

Vistos, etc.

Trata-se de Ação de Cobrança de Diferença de Seguro DPVAT, na qual a autor alega que no dia 09/06/2012 sofreu um acidente causado por veículo automotor, que ocasionou invalidez. Pleiteia ao final, seja a Ré condenada a pagar a importância de no importe total de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

A ré, em sede de contestação alega: 1- Preliminarmente: a) incompetência do juizado especial cível para apreciar a matéria que careça de prova pericial; b) B) carência da ação ? falta de interesse processual, sob o argumento de que a parte Autora em nenhum momento reclamou, através da via administrativa, a indenização que ora pleiteia; c) inépcia da inicial, ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; d) da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente; 2 ? No Mérito: a) da falta de nexo de causalidade; competência do CNSP para determinar o valor máximo da indenização; b) Da plena vigência das Leis nº 11.482/07 e nº **11.945/2009**; c) Da plena validade da tabela de cálculo da indenização em caso de invalidez permanente; No final pleiteia que sejam acolhidas as preliminares, e no mérito a improcedência da ação.

Realizadas as audiências de conciliação e de instrução e julgamento, não foi possível a celebração de acordo. Devidamente instruído o processo, concluso para Decisão.

É o breve relatório. DECIDO.

Antes de adentrarmos no mérito da presente demanda é imperioso que sejam apreciadas as preliminares argüidas.

Da Carência da Ação - falta de interesse processual: inocorrência

A carência de ação decorre da falta de uma das condições da ação, quais sejam: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade da parte.

De acordo com Ada Pellegrini Grinover, "o fenômeno da carência da ação nada tem a ver com a existência do direito subjetivo afirmado pelo autor, nem com a possível inexistência dos requisitos, ou pressupostos, da constituição da relação processual válida. É situação que diz respeito apenas ao exercício do direito de ação e que pressupõe a autonomia desse direito?" (*apud* Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Civil, 18ª ed. Forense, pág. 52).

Assevera o requerente que o requerido seria carecedor do direito de ação, por ausência de interesse processual, ao argumento de que não houve reclamação do pagamento pela via administrativa.

Sem delongas, nada mais equivocado que o argumento da requerida. Como é sabido, inexistente exigência de esgotamento das instâncias administrativas para o exercício do direito de ação.

Com efeito, a Constituição Federal erigiu a princípio fundamental a inafastabilidade do controle judicial, textualizado no art. 5º, XXXV, de modo que nem de longe procedem as alegações quanto à ausência de interesse de agir, *in verbis*:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
(...)
XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;
[...].?

A inexistência de prévia postulação administrativa não constitui óbice ao ingresso em juízo. Basta que esteja configurada, na própria ação, a resistência à pretensão deduzida.

A propósito, veja-se o posicionamento jurisprudencial predominante:

“AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). CARÊNCIA DA AÇÃO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. AFASTADA. inconstitucionalidade do art. 7º da Lei nº 6.194/74. CONDENAÇÃO. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. I - Para os casos em que a empresa seguradora se torna obrigada ao pagamento das indenizações, o Consórcio Nacional de Seguros Privados - CNSP lhe repassa quantia, conforme percentual previamente estabelecido, o que afasta a violação ao princípio do livre exercício da atividade profissional, do direito de propriedade, da impossibilidade de confisco e do devido processo legal. II - Acaso esse percentual venha a ser insuficiente ou excessivo, a sustentar uma desproporção entre lucros e dividendos, em verdade, este é um assunto enceto à livre negociação da atividade. **III - Não há que se falar em carência do**

direito de ação pelo fato da parte ter diretamente levada a sua pretensão a juízo, sem a formação de um conflito de interesses com pretensão resistida, em eventual sede administrativa, pré-processual. IV - O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. 6.194/74 e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária (REsp 153.209/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, Rel. p/ Acórdão Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22.08.2001, DJ 02.02.2004 p. 265). V - Recurso não provido.(AC 28.821/2008, Segunda Câmara Cível, Rel. Des. Antônio Guerreiro Junior, Jul. 14/04/2008, Pub. 07/05/2009) (grifei).

Rejeito a preliminar suscitada.

Da Preliminar de incompetência dos Juizados Especiais Cíveis para apreciação de matérias que careça de produção de prova pericial

A Requerida afirma que a presente matéria não poderia ser apreciada por Juizado Especial Cível, uma vez que carecedora de produção de prova pericial para ser dirimida.

Não comungo desse entendimento e o faço escorado em precedentes jurisprudenciais que entendem pela sua desnecessidade, *litteris*:

(TJDFT-071869) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DIREITO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ADESIVO. PRELIMINAR

(TJGO-029493) APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA. DPVAT. PERÍCIA. DESNECESSIDADE. COMPROVAÇÃO DEFICIÊNCIA PERMANENTE. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR DO SI

Ausência de documentos obrigatórios para a instrução do processo; da ausência de prova válida da alegada invalidez total e permanente;

Quanto às presentes preliminares vejo que as mesmas se confundem com o mérito, razão pela qual, em sede, de preliminar às rejeito tendo em vista as provas acostadas aos autos pelo autor, as quais serão apreciadas quando da decisão meritória.

INEPTA DA INICIAL

Quanto à preliminar de inépcia da inicial, também deve ser afastada, pois constam dos autos os documentos necessários para o ajuizamento da ação, como laudo do exame pericial realizado no IML do Estado do Piauí. Assim, afasto a preliminar.

Analizadas as questões preliminares passo a enfrentar o mérito.

DO MÉRITO

O seguro obrigatório DPVAT tem finalidade de cunho social, que é a proteção das pessoas transportadas ou não, passíveis de lesão por veículos automotores de via terrestre ou por suas cargas. Pela evidente conotação social do referido seguro, o seu pagamento decorre da simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, por força do art. 5º da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

Nesse lastro, havendo apresentação dos documentos supramencionados, não há que se negar a obrigação de indenizar.

Consta nos autos o Laudo de Exame Pericial, emitido pelo IML do Estado do Piauí, o qual atesta "incapacidade permanente para o trabalho", cujo teor esclarece o nexo causal entre o acidente e as lesões da vítima/autor, caracterizado o dever de indenizar.

Dessa forma, comprovado o dever de indenizar, passo a análise do valor do *quantum* indenizatório, já que as partes pretendem discutir o valor devido e decorrencia da invalidez do autor.

Importante sinalar, para análise da presente questão, que o sinistro ocorreu em 09/06/2012, ou seja, sob a égide da Lei nº 11.945/09. Referida lei, em seu art. 32, estabeleceu que a Lei nº 6.194/74 passou a vigorar, desde 16.12.2008, acrescida de tabela relativa aos percentuais indenizatórios para seguro DPVAT.

Desse modo, quanto à alegada invalidez, entendo que as circunstâncias do evento e as provas juntadas aos autos evidenciam a pertinência do pagamento, o qual arbitro, no percentual de 100% (cem por cento) do valor integral da indenização do prêmio do seguro obrigatório relativo a acidente de veículo dentro dos limites estabelecidos na Lei nº 6.947/74, com a nova redação dada pela Lei nº 11.482/2007, e no percentual estabelecido pela Lei nº 11.945/09.

PELO EXPOSTO, julgo procedente o pedido do autor para condenar a requerida no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), que diz respeito ao percentual de 100% (cem cento) do valor integral da indenização do seguro DPVAT, com incidência de juros de 1% ao mês desde a data da citação e correção monetária, desde a data do ajuizamento desta demanda.

Transitada em julgado, cumprida a sentença, dê-se baixa e arquivem-se.

Sem custas processuais e honorários de sucumbência, na forma do disposto no art. 55, da Lei nº 9099/95.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Teresina, 06 de junho de 2014.

